



PROGRAMA

INTRODUÇÃO

Sendo o Bloco de Esquerda, entre os cinco principais partidos, o mais recente e com menor número de aderentes, conseguiu, no entanto, alcançar a terceira posição entre os mais votados, posição que se vem consolidando, como mostram todas as sondagens realizadas desde as últimas eleições legislativas.

Ao mesmo tempo, o Bloco não consegue sair da última posição, quando se trata de eleições autárquicas.

Como explicar estes resultados?

O Bloco teve bons resultados nas eleições legislativas, superiores ao PCP, porque na perceção popular o Bloco é considerado um partido mais democrático.

Já nas eleições autárquicas os resultados foram inferiores, porque o Bloco, ao contrário do PCP, nunca privilegiou a organização local.

Portanto, se queremos ter ainda melhores resultados nas eleições legislativas, teremos de aprofundar a nossa democracia interna. Quanto mais democráticos formos, melhores resultados teremos.

Para termos melhores resultados autárquicos teremos de melhorar muito a organização local e tentar diminuir o atraso que temos em relação aos outros partidos.

Mais democracia interna e melhor organização local, constituem, pois, a chave para o nosso crescimento e para o nosso sucesso.

1. MAIS DEMOCRACIA INTERNA

No Bloco de Esquerda todas as decisões começam por ser definidas por um pequeno grupo de dirigentes, depois são plebiscitadas na Convenção ou nas reuniões da Mesa Nacional. Nestes órgãos máximos do Bloco ainda há um arremedo de democracia, já que as decisões são aprovadas por maioria, mas, normalmente, a arregimentação garante a sua aprovação automática.

As decisões tomadas na Mesa Nacional transitam para as Distritais, Concelhias e Núcleos como decisões a que as bases são alheias. A estas cabe-lhes o papel de colar cartazes, distribuir jornais, fazerem de figurantes nos eventos, sendo-lhes negado quaisquer direitos nas escolhas do partido/movimento.

Mesmo quando é preciso apresentar propostas sobre temas que as bases têm a obrigação de conhecer melhor, como por exemplo o alojamento local, as propostas são sempre discutidas nas cúpulas, sem qualquer participação das bases ou dos organismos intermédios.

Por outras palavras, as decisões no Bloco funcionam sempre de cima para baixo e nunca de baixo para cima.

Esta falta de democracia interna acaba por desvitalizar os organismos locais, concelhios e intermédios que, desprovidos de capacidade de decisão, perdem-se em reuniões estéreis e desprovidas de sentido político.

Acresce ainda o facto de a maioria dos projetos-lei apresentados na Assembleia da República nem sequer são

discutidos, muito menos aprovados, nos órgãos competentes do Bloco.

Para corrigir este excesso de centralismo e défice de democracia, propomos:

1. Que a Comissão Política, sempre que precisar de fazer uma proposta política relevante e desde que haja tempo, deve elaborar um anteprojeto.
2. Esse anteprojeto deve ser discutido nos organismos de base e intermédios, que o enriquecerão com os seus contributos.
3. Finalmente, a Mesa Nacional ou a Comissão Política procederão à aprovação final, votando eventualmente alguns pontos em alternativa.

2. MAIS ORGANIZAÇÃO LOCAL

Nas últimas eleições autárquicas, mais uma vez, o Bloco ficou aquém dos resultados das eleições legislativas e presidenciais.

Isso deve-se, em parte, ao facto de não termos concorrido em mais de 170 municípios, num total de 308, e também porque não temos implantação local suficiente na generalidade dos concelhos onde concorreremos, salvo raras exceções.

A fraca implantação local deve-se a um conjunto de fatores, que nós subdividiríamos em fatores externos e fatores internos.



Os **fatores externos** prendem-se com a realidade existente. Durante 40 anos os principais partidos foram-se implantando nos municípios, usando métodos nem sempre democráticos e transparentes, criando uma rede de interesses e compadrios, na construção civil, no futebol, nos bombeiros, na distribuição de empregos, na pequena e na grande corrupção. Os próprios partidos ditos de esquerda acabaram por alinhar nalguns destes esquemas, para poderem disputar o poder autárquico. Pior do que isso, muitos quadros de esquerda acabaram por colaborar com esses partidos, numa visão «útil» para derrotar a Direita.

Os **fatores internos** têm a ver com a nossa incapacidade em romper com o cerco que os partidos tradicionais criaram em torno do poder autárquico.

Sem atraiçoar os nossos princípios e valores, podemos fazer muito mais para melhorar a nossa implantação local e, consequentemente, a nossa representação autárquica.

Nesse sentido, avançamos com algumas sugestões:

1. Nos concelhos em que não estamos organizados, a Distrital deve patrocinar eventos que tenham como objetivos angariar aderentes, criar Núcleos e Concelhias.
2. Nos concelhos em que já estamos organizados, devemos dar prioridade aos eventos que sirvam para alargar a nossa base de apoio, em vez de reuniões inconsequentes, que não servem para tomar decisões nem chegar a conclusões.
3. Devemos dar especial atenção ao recrutamento de quadros locais que possam vir a ser bons candidatos autárquicos, mas tendo o cuidado de nos protegermos dos oportunistas.
4. Os nossos ativistas devem prestar atenção às associações locais, inscreverem-se como sócios e integrarem listas para os seus órgãos sociais.
5. As nossas estruturas concelhias devem organizar eventos culturais e desportivos, com o objetivo de atrair mais pessoas para o trabalho político.
6. Devemos continuar a apoiar as lutas sociais, sem as manipular, mas tendo como objetivo estratégico o fortalecimento da nossa estrutura local, de forma que isso seja uma consequência natural do nosso apoio.
7. A escolha dos candidatos autárquicos deve ser feita atempadamente. O facto da candidatura do CDS em Lisboa ter ultrapassado largamente a candidatura do PSD deveu-se, segundo os analistas, ao facto da candidatura do CDS ser feita com uma grande antecedência.
8. Sempre que possível, os nossos aderentes, especialmente advogados, médicos e professores, devem prestar serviços comunitários, *pro bono*, de forma a beneficiar a imagem do Bloco na sociedade.

9. Nos concelhos periféricos, que mostrem semelhanças geográficas e sociais, a Distrital deve organizar ações coordenadas entre as diferentes estruturas concelhias.

10. As estruturas concelhias devem ser apoiadas no sentido de informar os cidadãos dos seus direitos, especialmente pensionistas, desempregados, trabalhadores precários e vítimas de arbitrariedades.

11. O Bloco de Esquerda tem de deixar de ser um partido parlamentar eleitoralista para ser um partido enraizado nas empresas e nas comunidades. O voto eleitoral é volátil, a organização é consistente e duradoura.

CANDIDATOS

1. Mónica Ferreira, A10384, Paredes
2. Américo Campos, A9572, Paredes
3. Alberto Guimarães, A11930, Paredes
4. Ana Ribeiro, A13008, Paredes
5. Fernando Oliveira, A10649, Maia
6. Duarte Graça, A12034, Paredes
7. Elisa Brito, A14008, Paredes
8. Álvaro Azevedo, A10929, Maia
9. Paulo Teles Silva, A170, Paredes
10. Maria Fernanda Rocha, A11104, Paredes
11. Dirceu Graça, A12272, Paredes
12. Paulo Santos, A10901, Paredes
13. Maria Rosa Ferreira, A11165, Paredes
14. Adão Campos Júnior, A11169, Paredes
15. Luís Gabriel Campos, A1019, Paredes
16. Olívia Barros, A11166, Paredes
17. Manuel Evaristo Campos, A11124, Paredes
18. Armando Herculano, A1750, Vila do Conde
19. Débora Campos, A11247, Paredes

SUPLENTES

- Ricardo Soares, A11246, Paredes
Manuel F. Moreira, A11446, Paredes
Maria Sofia Ferreira, A11170, Paredes
Elias Alves, A10899, Paredes
Bruno Ismael Silva, A12179, Paredes
Andreia Rodrigues, A14009, Paredes

MANDATÁRIO: Américo Campos